



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

032. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. De acordo com a Lei n.º 4.320/64, em seu art. 11, são Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender a despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda,
- (A) aquelas destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
 - (B) as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.
 - (C) o superávit do orçamento corrente.
 - (D) a aquisição de imóveis, em utilização.
 - (E) a Receita Tributária.
26. O inciso V do art. 4.º, da Lei n.º 10.520/2002, que trata da fase externa do pregão, estabelece que “o prazo fixado para a _____, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.”
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) validade das propostas
 - (B) apresentação de propostas
 - (C) impugnação de propostas
 - (D) proclamação do vencedor
 - (E) remuneração de taxas e emolumentos
27. A Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, em seu art. 3.º, estabelece que a licitação destina-se a garantir que seja selecionada a proposta mais vantajosa para a administração, bem como a observância do princípio constitucional da
- (A) busca do lucro.
 - (B) concorrência perfeita.
 - (C) economia.
 - (D) livre iniciativa.
 - (E) isonomia.
28. A margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente em prazo
- (A) inferior a dois anos.
 - (B) não superior a dois anos.
 - (C) não superior a cinco anos.
 - (D) superior a cinco anos.
 - (E) fixado para dez anos.
29. A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que trata da responsabilidade na gestão fiscal, por meio do estabelecimento de normas de finanças públicas, define, em seu art. 2.º, o que se entende por “sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação”. O nome correto para essa definição é
- (A) Empresa pública independente.
 - (B) Empresa estatal dependente.
 - (C) Sociedade de economia mista.
 - (D) Empresa controlada.
 - (E) Autarquia.
30. A Lei n.º 10.320, de 16 de dezembro de 1968, que dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado, em seu art. 7.º, estabelece que
- (A) o Estado, para licitação de obras cuja execução seja inferior a três meses, não deverá elaborar orçamentos plurianuais.
 - (B) a despesa pública far-se-á pelo regime extraordinário.
 - (C) a entrega de numerário para classificação preventiva constitui movimento de suprimentos.
 - (D) nenhuma realização de despesa por conta do suprimento poderá ampliar o regime de adiantamento.
 - (E) nenhuma despesa poderá ser realizada quando imputada a dotação imprópria ou sem a existência de crédito que a comporte.
31. A administração contratada é forma de execução de obras e serviços, de acordo com a Lei Estadual n.º 6.544/89, art. 8.º, no regime de
- (A) execução indireta.
 - (B) serviços de engenharia.
 - (C) produção de bens.
 - (D) execução direta.
 - (E) serviços complementares.

32. Uma das formas que o Estado utiliza para praticar a descentralização é a outorga. Outorga ocorre quando há
- (A) transferência da execução do serviço, podendo ocorrer somente por meio de delegação.
 - (B) transferência de titularidade e da execução do serviço, podendo ocorrer somente por meio da lei.
 - (C) transferência de titularidade do serviço, somente mediante contrato.
 - (D) autorização, por ato administrativo, discricionário, precário e unilateral.
 - (E) delegação para execução de serviço, podendo ocorrer somente por meio de contrato.
33. Uma das regras da Constituição Federal de 1988, e da Constituição do Estado de São Paulo, além de estar explicitada, também, na Lei Orgânica do T.C.E. (Lei Complementar n.º 709/93), é quanto ao número de Conselheiros que devem compor o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Esse número corresponde a
- (A) 13 (treze).
 - (B) 11 (onze).
 - (C) 9 (nove).
 - (D) 7 (sete).
 - (E) 5 (cinco).
34. Nas abordagens contemporâneas que tratam a organização como um sistema social,
- (A) as teorias sociotécnicas não fazem sentido algum.
 - (B) os gestores continuam sendo vistos como chefes hierárquicos.
 - (C) o comportamento humano é o foco principal.
 - (D) a disciplina é fundamental para que as coisas aconteçam.
 - (E) o respeito às regras é mola mestra do funcionamento organizacional.
35. Um dos fatores mais importantes na consideração, em termos de administração pública, de que a dinâmica organizacional é elemento de relevância para o atendimento das necessidades de seu público, resulta
- (A) da importância crescente da prática da responsabilidade social.
 - (B) da teoria da burocracia, exclusivamente.
 - (C) do respeito às leis e regras organizacionais.
 - (D) do privilégio como tratamento preponderante ao servidor público.
 - (E) da influência crescente da tecnologia no relacionamento entre usuários e organizações públicas.
36. Geert Hofstede, um dos mais referenciados autores sobre cultura organizacional, estabelece algumas dimensões culturais, a partir das quais se pode analisar a forma por meio da qual a cultura de uma determinada organização se comporta, influenciando seus membros e sendo influenciada por eles. Essas dimensões, quando analisadas, mostram como os grupos culturais se diferenciam uns dos outros. Uma das dimensões avalia, por exemplo, se uma cultura privilegia mais a assertividade, a posse de bens, a razão, em contraposição à outra que privilegia relações humanas, qualidade de vida e emoções/sentimentos, por exemplo. Essa dimensão é chamada por Hofstede de
- (A) individualismo versus coletivismo.
 - (B) masculinidade versus feminilidade.
 - (C) aproximação versus distância do poder.
 - (D) conforto versus desconforto com a incerteza.
 - (E) foco no curto prazo versus foco no longo prazo.
37. Quando o assunto é motivação, três autores clássicos se destacam:
- A. Abraham Maslow.
 - B. Douglas McGregor.
 - C. Frederick Herzberger.
- Suas teorias podem ser resumidas da seguinte forma:
1. Fundamenta sua análise no que chama de Teoria X e Teoria Y: a primeira assume que as pessoas são preguiçosas e necessitam de controle, pois encaram o trabalho como um mal necessário para ganhar dinheiro. A segunda baseia-se no pressuposto de que as pessoas querem e gostam de trabalhar, e são, portanto, auto-motivadas.
 2. Desenvolveu a teoria dos dois fatores: higiênicos e motivacionais. Nos higiênicos, a explicação é que a insatisfação no cargo é função do ambiente, da supervisão, dos colegas e do contexto geral do cargo. No segundo, dos fatores motivadores, a satisfação no cargo é função do conteúdo ou atividades desafiadoras e estimulantes do cargo.
 3. As necessidades dos seres humanos obedecem a uma hierarquia, ou seja, uma escala de valores a serem transpostos. Isto significa que no momento em que o indivíduo realiza uma necessidade, surge outra em seu lugar, exigindo sempre que as pessoas busquem meios para satisfazê-la.
- Entre as alternativas a seguir, indique a que apresenta ordenada e corretamente a relação do autor com sua teoria.
- (A) A2; C1; B3.
 - (B) B2; A1; C3.
 - (C) C2; A1; B3.
 - (D) A3; B1; C2.
 - (E) C1; B2; A3.

38. Quando se diz que uma organização é avaliada pelos fins alcançados e não pelos meios e recursos que utiliza, essa avaliação é baseada no/na _____ organizacional.
- (A) produtividade
 - (B) eficácia
 - (C) rendimento
 - (D) eficiência
 - (E) lucratividade
39. O foco no cliente para a Gestão da Qualidade Total é crucial. Quando se fala em qualidade no setor público, o cliente é o usuário, o cidadão. O Dicionário de Políticas Públicas, da Fundap, em seu verbete “Qualidade na Administração Pública”, diz que “A gestão pela qualidade na administração pública, no Brasil e no mundo, é hoje prática bastante disseminada e aceita como requisito para o adequado atendimento das necessidades dos cidadãos, dado que pressupõe _____, dos melhores processos e tecnologias de produção (*benchmarks*), voltados ao atendimento das legítimas necessidades públicas”.
- Assinale a alternativa que contém o texto que preenche corretamente a lacuna.
- (A) otimizar o uso dos recursos públicos mediante a adoção das melhores práticas de gestão
 - (B) utilizar o uso dos recursos públicos com foco primordial na gestão da produtividade
 - (C) reduzir, radicalmente, o uso de equipamentos e tempo, por meio da adoção de práticas simplificadas de gestão
 - (D) buscar a agilização dos processos com foco específico na produção de bens
 - (E) criar condições favoráveis para a otimização do tempo do funcionalismo público
40. Os autores Michael Hammer e James Champy, que ficaram muito conhecidos em virtude do desenvolvimento de uma grande ferramenta para otimização de processos, a Reengenharia, definem processo como sendo, de um modo geral, um conjunto de atividades sequenciais que toma um ou mais tipos de
- (A) saídas que criam valor para o cliente.
 - (B) saídas que envolvem fundamentalmente os funcionários.
 - (C) entradas que criam saídas de valor para o cliente.
 - (D) entradas que estabelecem padrões para o cliente.
 - (E) entradas funcionais e saídas operacionais sem, no entanto, beneficiar o gerenciamento de ambas.
41. A Toyota foi a empresa precursora na introdução de instrumentos e técnicas de controle e redução de desperdícios em sua linha de produção. Ela identificava 7 (sete) tipos de desperdícios, que podem ser aplicados em vários tipos de operações – tanto em serviços como em manufatura. A base de sustentação do Sistema Toyota de Produção é a absoluta eliminação do desperdício, e um dos pilares necessários à sustentação desse sistema é o *just in time*.
- O desperdício que o *just in time* ataca, em primeiro lugar, é o de (do)
- (A) produtos defeituosos.
 - (B) estoque.
 - (C) tempo para averiguação da qualidade.
 - (D) tempo de máquinas paradas.
 - (E) materiais.
42. Entre os atributos ideais dos perfis de liderança estão, entre vários outros: delegar e transferir responsabilidades, conduzir o planejamento, criar visão de futuro, motivar e inspirar pessoas, ser elemento catalisador, bem como
- (A) controlar diretamente o uso dos materiais e equipamentos.
 - (B) exercer a fiscalização sobre entradas e saídas dos funcionários.
 - (C) atuar direta e operacionalmente na verificação da produtividade.
 - (D) utilizar seu poder de fiscalização nas horas trabalhadas.
 - (E) exercer controle dos resultados.
43. Um dos aspectos mais importantes na Gestão pela Qualidade é o comportamental. A gestão com foco na qualidade apresenta dimensões não apenas no processo produtivo e de atendimento às necessidades do cliente, mas deve permear o processo como um todo, impactado que é pelo planejamento, pelas finanças e pelo(a)
- (A) comprometimento gerencial.
 - (B) observação das regras orçamentárias.
 - (C) remuneração como prêmio por produtividade.
 - (D) rigidez de ações administrativas.
 - (E) fragilidade das ações governamentais.

44. Nem todas as decisões que se tomam dentro de uma organização podem ter a mesma classificação. As decisões que são tomadas, normalmente, no nível gerencial, e que, em geral, consistem em ações para operacionalizar as grandes determinações, emanadas da direção da organização, são chamadas de
- (A) estratégicas.
 - (B) diretivas.
 - (C) deliberativas.
 - (D) táticas.
 - (E) operacionais.
45. O ato administrativo comporta alguns requisitos. Caso não sejam preenchidos, o ato não terá condições de eficácia para produzir efeitos válidos. Dentre esses requisitos, tem-se: competência, finalidade, forma, motivo e
- (A) atribuição.
 - (B) dispositivos.
 - (C) procedimentos.
 - (D) garantia.
 - (E) objeto.
46. Quanto à sua vigência, os contratos administrativos são regidos pela Lei n.º 8.666/93, ficando adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Contudo, a própria Lei comporta exceções. Entre as alternativas, o caso de exceção é(são):
- (A) os projetos cujos produtos não estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.
 - (B) a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, limitados a 60 meses.
 - (C) a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, limitados a 90 meses.
 - (D) o aluguel de equipamentos médicos, podendo estender-se pelo prazo de 60 meses após início da vigência do contrato.
 - (E) a utilização de programas militares, podendo estender-se pelo prazo de 90 meses após início da vigência do contrato.
47. De acordo com o art. 130 da CLT, o empregado terá direito a férias de 24 dias corridos, se não faltar mais do que _____ vezes.
- Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna da frase.
- (A) 14 (quatorze)
 - (B) 5 (cinco)
 - (C) 15 (quinze)
 - (D) 23 (vinte e três)
 - (E) 6 (seis)
48. A divisão do trabalho, a relação hierárquica e a função exercida são elementos característicos que se apresentam na representação gráfica denominada
- (A) quadro de distribuição do trabalho.
 - (B) arranjo físico.
 - (C) fluxograma.
 - (D) organograma.
 - (E) diagrama de bloco.
49. De acordo com o art. 3.º, § 2.º, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: produzidos no país; produzidos ou prestados por empresas brasileiras e
- (A) produzidos por empresas estrangeiras, desde que com 50% de capital brasileiro.
 - (B) prestados por empresas estrangeiras, desde que com capital brasileiro acima de 51%.
 - (C) produzidos por empresas estrangeiras, desde que sejam associadas a instituição de pesquisa científica no país em até 30% do capital social.
 - (D) produzidos e prestados por empresas que invistam em desenvolvimento científico em até 10% do seu capital social.
 - (E) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.
50. Conforme a Lei n.º 4.320/64, art. 11, dentre as receitas de capital encontra-se a receita de
- (A) transferências correntes.
 - (B) taxas.
 - (C) operações de crédito.
 - (D) contribuições.
 - (E) serviços.

